



Câmara dos Deputados

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ de 2007.**  
**(Da Sra. Maria Helena)**

*Solicita que sejam feitas gestões junto ao Governo Federal para que os membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional sejam recebidos em audiências pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro das Relações Institucionais, para tratarem do cumprimento de compromissos assumidos pelo Governo Federal, quando da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol.*

**Senhora Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que os membros desta Comissão sejam recebidos em audiências, separadas ou conjuntas, pelo Ministros da Justiça e pelo Ministro das Relações Institucionais, para tratarem do cumprimento de compromissos assumidos pela Presidência da República, quando da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

**JUSTIFICATIVA**

Como é de conhecimento público, repercutido nesta Casa e na imprensa Nacional, contradizendo as conclusões dos relatores das Comissões Especiais da Câmara e do Senado que estudaram a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, o Governo Federal editou medida incluindo na área demarcada quatro vilas onde residem mais de 6.000 pessoas, e áreas de intensa produção agrícola onde são cultivados nada menos que 24.000 hectares de arroz.



## Câmara dos Deputados

O resultado concreto foi a contrariedade e o inconformismo dos roraimenses. As autoridades locais, especialmente os Representantes do Povo de Roraima, por outro lado, adotaram uma postura combativa, porém, conciliadora, em busca de negociações que atendessem aos anseios da população índia e não índia de nosso estado, mas que restaram derrotadas. Em vista das conseqüências deste ato, o Estado de Roraima ficou praticamente conflagrado. Os setores sociais e produtivos locais ficaram altamente prejudicados, fato que já começa a gerar impactos significativos na economia estadual.

Após tantos esforços em demonstrar a importância da Demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, mas não em área contínua na forma imposta pelas Autoridades Federais, um paliativo foi encontrado, de forma a minimizar as enormes perdas sofridas pelos setores que alavancam a economia local, configurado em um compromisso do Governo Federal, divulgado em cadeia nacional, dirigido ao Povo de Roraima, aos Parlamentares e às diversas instâncias governamentais, com as seguintes promessas:

- 1- a definição de áreas compatíveis com os setores produtivos, para que continuassem a gerar divisas para o estado;
- 2- a devida indenização, fundamentada nos preceitos legais, aos produtores que tiveram suas glebas desapropriadas em razão do ato de homologação dessa reserva, pelas benfeitorias realizadas;
- 3- a efetivação dessas ações anteriormente à retirada das famílias de suas propriedades e à extinção das respectivas produções.

Ocorre, no entanto, que, neste momento, sem que nenhum passo fosse dado para socorrer esses cidadãos, ou seja, sem a adoção de qualquer dessas medidas básicas, esses produtores estão sendo ameaçados de expulsão pela Polícia Federal, o que é injusto para com esse setor que tanto significa para o desenvolvimento do Estado de Roraima.



Câmara dos Deputados

Não podemos esquecer jamais, que este Governo que os expulsa das terras que vivem há anos é o mesmo que os incentivou, com toda a sorte de promessas, a ocuparem o Norte do país, para que o auxiliassem na árdua tarefa de povoar e fazer progredir essa região. Vale ressaltar, que esse grupo não é formado apenas por forasteiros, mas também por famílias centenárias do Estado de Roraima, que, hoje, estão sendo ameaçadas de expulsão, sem que os seus direitos sejam respeitados e sem que lhes sejam dadas as mínimas condições para que iniciem suas atividades produtivas em uma nova área.

Sendo assim, proponho que esta Comissão, que entre os temas de suas atribuições lista assuntos relativos a área indígena, a desenvolvimento sustentável, a desenvolvimento e integração da Região Amazônica, a planos regionais de desenvolvimento econômico e social, a planos nacionais e regionais de ordenação do território e a organização político-administrativa das regiões, providencie a realização de audiências com os Ministros das pastas mencionadas, de forma a obtermos uma resposta clara do Governo Federal acerca da matéria. Dessa forma, poderemos amparar o Estado de Roraima, que já vem sofrendo os impactos negativos desse ato do Governo, bem como essa parcela de sua população, que necessita, sobretudo, de justiça.

Sala da Comissão,            de Março de 2007.

Deputada Maria Helena – PSB/RR